



Anais da Assembléia

N.º 35

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 15 DE ABRIL DE 1977

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 48ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 1977

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Ivan Rüppel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Dácio Leonel, David Federmann, Aginaldo Pereira Lima, Del Ciel, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Fuad Nacli, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Ernesto Gnoato, Deni Schwartz, Valter Pietrângelo e Luiz Alberto Oliveira (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Basílio Zanusso, Enéas Faria, Fabiano Braga Cortes, Renato Bernardi, Adalberto Daros e Alfredo Gulin (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — Procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, que se oficie ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, encarecendo a urgente necessidade de ligação de energia elétrica à Escola Comunitária de 2º Grau, de São Miguel do Iguaçu, mantida pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1977.

(a) ERNESTO DAL'OGGIO

JUSTIFICATIVA:

A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade vem realizando importante trabalho educacional e de integração comunitária, que além de seus méritos próprios desonra o governo de tarefas de sua alçada.

A direção da Escola Comunitária de 2º Grau, de São Miguel do Iguaçu, já solicitou à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL — que propiciasse ao estabelecimento energia elétrica, tendo em vista a prioridade que deve ter esse fornecimento. O pedido feito em fevereiro, quando de início das aulas, não foi até agora atendido, obrigando aquela Companhia a desviar recursos educacionais para a compra de um gerador de energia, a fim de poder atender às aspirações locais.

Não parece necessário arrazoar sobre a importância, tanto da Escola referida, como da iniciativa requerida, além da explicação da ocorrência.

E por ser não só de justiça, mas por ser de imperiosa me-

da, é que se requer.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Dr. Pedro Tocafundo, Delegado Regional da SUNAB no Paraná, cumprimentando-o pelas primeiras providências tomadas visando o tabelamento dos hortigranjeiros e, ratificando a expectativa da população curitibana de que rigorosas medidas sejam postas em prática a fim de evitar o vertiginoso encarecimento que se observa nos produtos hortigranjeiros da fonte ao consumidor, em virtude da atuação dos atravessadores.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“A notícia publicada ontem pela “Gazeta do Povo”, informando que a SUNAB vai tabelar os produtos hortigranjeiros, só pode merecer os nossos aplausos e a esperança de que realmente tal medida seja posta em prática.

A verdade é que, conforme relata a matéria, o quilo de tomate chega a custar 25 cruzeiros em mercearias e quitandas e 18 cruzeiros no Mercado Municipal.

A alface que o produtor entrega ao preço de 80 centavos a cabeça, chega a custar nas quitandas até 6 cruzeiros.

E nesse mesmo ritmo de verdadeira exploração estão os demais produtos.

Na verdade os atravessadores são os responsáveis pela exploração que se verifica e que tem levado a população curitibana a reclamar contra esse estado de coisas.

Segundo o Delegado da SUNAB, Pedro Tocafundo, apesar das dificuldades que serão encontradas para controlar esse tipo de artigos, os abusos não poderão ficar impunes, principalmente porque atualmente nada justificada as majorações e sequer houve geada que afetasse as culturas no cinturão verde da cidade de onde chegam cerca de 30 por cento dos produtos para abastecimento.

O primeiro passo será o de proceder um levantamento para conhecer o custo real de cada produto, fixando-se um preço máximo.

A SUNAB, segundo seu próprio Delegado, está disposta a agir com rigor, pois seu objetivo será o de eliminar o atravessador que faz os artigos encarecerem da fonte ao consumidor final.

Trazemos hoje este assunto nesta Casa, na esperança de que realmente sejam tomadas as providências pelo órgão controlador de preços, acabando com tal exploração.

Perde o consumidor que paga preços exorbitantes, perde o produtor que entrega seus produtos na CEASA a preços baixos e apenas um, o famoso atravessador é que se beneficia.

É o atravessador que deve ser a meta da SUNAB, a fim de que a população curitibana possa pagar o preço justo pelos produtos, levando em conta aquilo que o produtor tem recebido”.

Era o registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Consulto o Sr. Depu-

tado Luiz Roberto Soares, Líder da Aliança Renovadora Nacional, se deseja ocupar o tempo que é dedicado ao seu Partido. O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Está à sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Tendo dispensado, consulto ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, vice-líder do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja ocupar o espaço reservado regimentalmente ao MDB. — (Assentimento).

— Com a palavra o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tendo em vista o grande momento que as nações estão vivendo, ultimamente, considero necessária a leitura de um artigo intitulado — “A LOJA DA DEMOCRACIA”, de Carlos Eduardo Novaes.

“Satisfação garantida ou seu regime de volta.

Já se foi o tempo, meus caros, em que a democracia era uma forma de governo desejada por muitos mas acessível apenas a uma meia dúzia de países. Hoje, graças ao CENTRO DE Consultas Democráticas — instalado em qualquer ponto do deserto de Nevada — a democracia está ao alcance de todos. Contando com uma equipe de pesquisadores e vendedores altamente especializados, o Centro cria, planeja, vende e instala (a instalação é gratuita) em apenas uma semana qualquer tipo de democracia. “Venha nos procurar” — diz seu folheto de propaganda — “estamos aptos a lhe dar a necessária legitimidade democrática, seja qual for o regime do seu país.”

Fundado nos anos 60, o Centro começou a ganhar fama ano passado, quando vendeu um jogo completo de democracia autocrática ao Governo do Chile. Este ano, em janeiro, seus cientistas anunciaram a descoberta da ditadura democrática extraída, após exaustivas pesquisas, de uma combinação das instituições norte-americanas e haitianas. Além de laboratórios de pesquisas e fabricação própria, o Centro dispõe ainda de outras instalações: uma confortável sala de espera, onde os governantes aguardam, com cafezinho e água gelada, os modelos democráticos feitos sob medida para encaixar nos seus regimes; uma oficina para reajustes e reaperto democráticos; 8 salas de aula para curso de atualização e extensão; uma área de treinamento para aulas práticas e um amplo salão principal — onde os vendedores recebem a clientela — tendo à entrada de um lado um pequeno museu e do outro uma loja de acessórios onde você encontra todos os artigos necessários para o bom funcionamento de sua democracia: urnas, votos, rotativas livres, faixas e cartazes para passeatas, partidos políticos, constituições, manual de direitos humanos, oposição e até povo.

A limusine preta parou à frente do Centro. O motorista saltou e abriu a porta do carro dando passagem ao Rei Sobuza II, 79 anos, que governa a Suazilândia desde 1921 (suspendeu a Constituição de 66 em 73 e pôs o Poder Legislativo em recesso em abril de 74). A recepcionista cumprimentou-o com um sorriso e perguntou: “o senhor veio ver uma de nossas democracias?” Diante do aceno afirmativo, encaminhou o Rei ao salão principal. O salão principal lembra um pouco, sobretudo pela quantidade de mesas com vendedores e pela movimentação, os gigantescos estandes armados na Barra pelas construtoras para seus grandes lançamentos imobiliários. No “hal” de entrada, o Rei olhou a loja de acessórios e percorreu o museu que contém algumas peças raras, do tempo em que a democracia ainda pretendia ser um Governo do povo etc. etc. ...: o busto do ateniense Clístenes (pai, tio ou parente próximo da democracia grega), fragmentos dos originais da obra de Montesquieu, “O Espírito das Leis”; a primeira edição do “Contrato Social”, de Rousseau uma urna de Valparaíso, a primeira a ser aberta nas últimas eleições chilenas; uma foto amarelada dos mineiros em greve na Bolívia; o título de eleitor de um cidadão iraquiano e um pé de sapato de um universitário, recolhido na última passeata estudantil de Montevidéu.

O Rei observava tudo com um certo ar de reprovação.

Antes de entrar no salão principal, a recepcionista apontou-lhe algumas maquetas: “Que é isso?” perguntou o Rei.

— São alguns dos nossos modelos — disse ela — este aqui é o modelo 56-B, a democracia guarani, que nós preparamos especialmente para o Paraguai: tem povo, tem partidos políticos, tem eleições para a Câmara dos Deputados, para o Senado e, o que é mais importante, eleições para Presidente. O senhor acredita que colocamos tudo isso sob uma ditadura?

— Inacreditável. Se você não me dissesse eu jamais acreditaria.

— Pois é, qualquer um jura que é uma democracia.

— É mesmo. E o mandato do Presidente, é de quantos anos?

— Cinco anos.

— Não é pouco?

— Bem, é o que normalmente se usa nos modelos mais avançados.

— Esse é um erro. Não se deve tirar xerox de outros modelos democráticos. Cada país deve obedecer às suas características nacionais.

— Mas esse é o nosso lema — disse a recepcionista — a democracia guarani é rigorosamente paraguaia. Tanto é assim que em todas as eleições o atual Presidente é sempre o único candidato.

— Ele não corre o perigo de ser derrubado pelo Congresso?

— Também pensamos nisso. E para não haver riscos, em todas as eleições o Partido governista ocupa obrigatoriamente 2/3 das cadeiras no Congresso.

— Maravilhoso — exultou o Rei — é uma democracia dessas que eu quero para mim.

— “O senhor vai ter” — disse-lhe a recepcionista, encaminhando-o a uma das mesas e falando ao vendedor: “O Werneck, depois atende esse senhor aqui, é o Rei da Suazilândia”. O vendedor pediu ao Rei que aguardasse até que acabasse de atender a Mohamed Daud, Presidente, Primeiro Ministro, Ministro da Defesa e das Relações Exteriores do Alganistão que em 73 subiu ao poder através de um golpe, em que derrubou o próprio cunhado:

— E o que mais o senhor deseja?

— Perguntou o vendedor, conferindo com um lápis a lista de compras. “Não está interessado num Poder Legislativo? É sempre interessante” ...

— Eu dissolvi o meu em 73.

— Então? Leva um dos nossos. Aproveita que estamos na quinzena do Poder Legislativo. Que modelo o senhor prefere? Para o seu caso, eu indicaria o PL-8 ou PL-36.

— Qual é a diferença?

— Bem, no PL-8 o senhor se reúne com o Ministro da Defesa e o das Relações Exteriores, ou seja, o senhor se reúne com o senhor mesmo e indica um a um os Membros do Congresso. O PL-36 é através de eleições. Sai um pouquinho mais caro.

— Eu preferia o PL-36, sabe. Tem mais jeito de democracia, mas eu tenho medo de perder as eleições...

— Não seja por isso. Podemos lhe vender também um Partido, um Partido Único, exclusivo, só pro senhor. Quer? Eu mando providenciar agora.

— Bem, não sei... a minha situação não está boa.

— Podemos tentar por outros meios. Estamos aqui para ajudá-lo. Podemos fazer uma eleição com vários partidos e... vejamos... há muitos analfabetos no País?

— Noventa por cento da população é analfabeta.

— Então pronto. Está resolvido: proíbe o voto dos analfabetos.

— Acontece que os 10 por cento de alfabetizados são da oposição.

Então o senhor inverte os dados da questão, faz uma eleição só para analfabetos.

Mohamed Daud fechou o negócio. Levantou-se satisfeito e

enquanto o vendedor tirava o pedido, espreguiçou-se e comentou para o Rei da Suazilândia: "é duro, meu irmão, não sei porque foram inventar a tal da democracia". O vendedor pediu ao chefe do Afaganista que se dirigisse ao caixa e perguntou se podia mandar tudo pelo correio. "Não, senhor, nem que tenha que esperar, só saio daqui levando tudo comigo. Se chegar ao meu país com as mãos abanando sou capaz de ser derrubado no aeroporto". Mohamed saiu e o vendedor gritou: "outro, por favor". O Rei da Suazilândia, sentou-se cerimonioso: "por obséquio, eu desejava adaptar o modelo democrático ao meu regime de Governo".

— Muito bem. Qual é o regime?

— Nem sei mais, meu senhor. Estou no Poder há tanto tempo que já esqueci até qual é o regime.

— Não tem importância. Veja aqui o nosso mostruário. Nós temos modelos de democracia presidencialista, parlamentarista, social, liberal, constitucional, temos a democracia que é um misto de democracia com ditadura, a democrautilho, muito usada na América Latina, a democrajunta, enfim, como o senhor quiser...

— Em quanto tempo eu posso implantá-la?

— Depende. O senhor pode implantar à vista ou a perder de vista: em 5, 10, 15, 20, 50 anos.

— Pode ser sem Poder Judiciário?

— Claro. Só com o Executivo e Legislativo. Ou se o senhor preferir, só com o Executivo. Em matéria de democracia fazemos qualquer serviço, com eleição, sem eleição, direta, indireta, com Constituição, sem Constituição, com duzentos partidos, dez, cinco, um, nenhum, com povo, sem povo... o senhor tem povo?

— Nós somos 480 mil.

— É pouco. Se o senhor quiser, nós temos aqui, para vender ou alugar, um lote de povo com 20 mil pessoas. Sai baratinho.

— Não, obrigado. Eu prefiro ficar com o meu, que eu já conheço.

— Que tal um conjunto de urna, voto, cabina indevassável e mesários para fazer uma eleição? A propaganda eleitoral, nós damos de graça.

— Acho que não. Não podemos tentar outra coisa?

— Bem, nós temos aqui uma linda Constituição, toda em brochura, encadernada, edição revista e atualizada. Olhe só: sem emendas, nem remendas.

— Realmente, é bonito. Mas será adequada à Suazilândia?

— Essa? É modelo universal, dá em qualquer país. De qualquer maneira, se estiver atrapalhando o seu governo o senhor nos devolve que nós mandamos outra.

— Não. Eu prefiro continuar sem Constituição.

— O senhor está muito indeciso — disse o vendedor, já irritado — não prefere deixar os dados do seu país aqui? Nós entregamos aos nossos pesquisadores para estudá-los e em 15 dias, aliás, em 30, estamos com muito serviço, nós lhe enviamos o modelo ideal à Suazilândia.

— Eles vão mexer muito nas atuais instituições?

— Bem, isso eu não sei. Isso é com eles. Por quê?

— Eu não queria que mexessem nas instituições. O senhor sabe, estou no Poder desde 1921 e não gostaria de, agora, velho, ter de perdê-lo. Não saberia como iniciar outra profissão.

— Ah! Entendi. O senhor quer o que nós chamamos de democracia personalizada, ou seja, deixar as coisas como estão e apenas procurar justificá-las como democráticas.

— Isso mesmo.

— Mas, para isso o senhor não precisava vir até aqui. É só anunciar numa cadeia de rádios do seu país: "Vivemos numa democracia". O senhor não é o Rei? Então. Todos acreditarão."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 138/76, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais de Jandaia do Sul, com sede e foro na cidade do mesmo nome. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei número 138/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o "Serviço de Obras Sociais de Jandaia do Sul", com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

DEL CIEL — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 139/76, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marechal Cândido Rondon", com sede na cidade do mesmo nome. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei número 139/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marechal Cândido Rondon", com sede na cidade de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

DEL CIEL — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 151/76, que declara de utilidade pública o "Clube da Amizade", com sede e foro na cidade de Maringá. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei número 151/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o "Clube da Amizade", com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

DEL CIEL — Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, solicitando seja determinada a ligação de energia elétrica à Escola Comunitária de 2º Grau, de São Miguel do Iguaçu. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Delegado Regional da SUNAB no Paraná, cumprimentando-o pelas primeiras providências tomadas, visando o tabelamento dos hortigranjeiros. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando voto de louvor ao Sr. Presidente da Repúli-

ca, por haver assinado ato revogando o parágrafo único, do Artigo 17, da Lei número 4864. — Em discussão.

O SR. OSVALDO MACEDO (*Para discutir*) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia de ontem pedimos para discutir o requerimento do eminente Deputado João Fadel, que pede o registro em ata de um voto de congratulações ao Sr. Presidente da República, por haver, através de decreto-lei, aparentemente, revogado a chamada “denúncia vazia”.

Parece-me, Sr. Presidente, que não é o caso de se louvar o Sr. Presidente da República. Primeiro, porque esta medida já estava em vias de aprovação pelo Congresso Nacional, por proposta do Senador Emedebista Itamar Franco.

E através deste projeto, do Senador Itamar Franco, já em vias de aprovação pelo Congresso Nacional, a “Denúncia Vazia” se extinguiria de uma vez por todas.

Ocorre, que o Presidente da República, usando da arbitrariedade do Ato Institucional número cinco, usurpou do Poder Legislativo, o seu direito legítimo de aprovar esta lei.

Não se pode, portanto, enaltecer usurpadores. Não se pode portanto enaltecer, justamente porque, aproveitou-se desta medida em termos demagógicos, para justificar um prepotente recesso do Congresso Nacional.

Não se pode portanto enaltecê-lo por essa providência, mesmo porque o Decreto-Lei assinado pelo Sr. Presidente da República contrariou e desgostou, tanto aos inquilinos, como aos proprietários de imóveis.

Não sei porque, enaltecê-lo. Enaltecê-lo por essa medida, seria desprestigiar o Congresso Nacional e nenhum legislador pode pretender desprestigiar a Casa democrática de seu País que, no caso, é o Congresso Nacional.

Eis porque, Sr. Presidente, acho que esta Casa não pode de forma nenhuma, dar guarida ao pretendido pelo nobre Deputado João Fadel, em respeito ao Congresso Nacional, em respeito ao Poder Legislativo, em respeito aos princípios mais elementares da Democracia, em respeito à participação dos poderes.

Muito obrigado. — (*Sem revisão do orador*).

O SR. PRESIDENTE (*Ivo Thomazoni*). — Continua em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (*Para discutir*). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com todo o respeito que devoto ao eminente Deputado representante da velha Lapa, autor da proposição — e que se encontra ausente — acho que, a uma altura dessas, em que se constrange o Poder Legislativo, em que se subtrai da competência do Legislativo em regime democrático, onde as tradições democráticas conferem, com legitimidade, que matéria dessa natureza deve ser passada pelo Congresso, pela Câmara dos Deputados, ou de uma forma mais ampla, pelo Poder Legislativo, e que este foi marginalizado por um ato baseado numa exceção condenável há tanto tempo.

Não é possível que a nossa bancada, principalmente quando tramitava, no Congresso Nacional, uma proposição do eminente Senador Itamar Franco, do Rio de Janeiro, vice-líder de nosso Partido, proposição dessa medida, que o Presidente, arbitrariamente, avocou para si, para deliberar, numa hora em que ele, o Presidente, constrange o Congresso Nacional; numa hora em que ele marginaliza os representantes legítimos das vozes deste País, levar a efeito, em caráter eminentemente demagógico — e não é outro senão esse sentido, porque

o Congresso foi fechado apenas para passar as reformas que ele entendeu necessárias. Referem-se essas reformas principalmente ao Poder Judiciário. Não é de se achar oportuno que, nesta hora, se faça requerimento dessa natureza. É a contradição do próprio Poder Legislativo que se envolve com um processo dessa natureza, com um requerimento dessa natureza, para se auto-delimitar.

Não podemos concordar, Sr. Presidente, eminente Deputado autor da proposição, com matéria dessa natureza, porque ela violenta o povo brasileiro, o eleitor brasileiro, que conferiu ao seu representante a legitimidade para usar dos poderes que a Democracia confere: legislar sobre matéria dessa natureza.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é relevante a postura dos parlamentos numa hora destas, em que, o vai-e-vem de pacotes e contrapacotes, são encomendados e chegam abruptamente, violentando até a estabilidade emocional do parlamentar, que se faça um requerimento dessa natureza, e que o Parlamento aprove uma medida de exceção excepcional como essa.

Voltarei — ainda que não haja orientação do Partido — votarei contra a medida, em respeito à integridade do Congresso Nacional.

Muito obrigado. — (*Sem revisão do orador*).

O SR. PRESIDENTE (*Ivo Thomazoni*). — Continua em votação.

— APROVADO.

O SR. MAURÍCIO FRUET (*Pela ordem*). — Sr. Presidente, requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (*Ivo Thomazoni*). — A Mesa defere. A Presidência convoca numa forma de inversão.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado João Fadel queiram levantar-se. — (*Pausa*).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

10 Srs. Deputados aprovam e 7 Srs. Deputados rejeitam.

Não há quorum para deliberação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — *Pela ordem*.

O SR. PRESIDENTE (*Ivo Thomazoni*). — A Presidência informa que há quorum somente para a discussão da matéria e não para deliberação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário da Justiça, referente a quantos processos judiciais, em que o Estado do Paraná é parte, se encontram em fase de julgamento ou processamento perante o Egrégio Supremo Tribunal Federal e outros itens. — Em discussão.

Os Srs. Deputados ficam alertados de que por absoluta falta de quorum para deliberação, fica transferido o requerimento do Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

De igual forma o requerimento do Sr. Deputado João Fadel. Ambos com suas discussões encerradas e em fase de votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 216/73.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 153/75.

Levanta-se a sessão.